



PRONÚNCIA SOBRE
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO REGIONAL ANUAL DE 2022

Ao abrigo do disposto n.º 1, alínea a), do artigo 2.º do
Decreto Legislativo Regional n.º 8/2018/A, de 5 de julho

APROVADO NA REUNIÃO DE PLENÁRIO DE 22/09/2023

SETEMBRO 2023

1. ÂMBITO E TERMOS DO PARECER

A elaboração de relatórios, intercalares e finais, do Plano Regional Anual encontra-se expressamente prevista no regime jurídico do Sistema Regional de Planeamento dos Açores (SIRPA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio (alterado pelos Decretos Legislativos Regionais números 44/2003/A, de 22 de novembro, 2/2014/A, de 29 de janeiro e 1/2020/A, de 8 de janeiro).

Conforme decorre da alínea d) do n.º 3 do artigo 7.º do SIRPA, incumbe ao Governo Regional a elaboração e execução dos planos regionais, competindo-lhe especificamente (...) assegurar a elaboração do relatório de execução.

O Conselho Económico e Social dos Açores – adiante apenas designado CESA – deve participar no acompanhamento da execução dos planos regionais, exercendo a sua função consultiva nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º e artigo 10.º do SIRPA.

A emissão do presente parecer sobre o Relatório de Execução do Plano Regional de 2022 insere-se, assim, no âmbito das competências do CESA, previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2018/A, de 5 de julho.

O CESA sublinha a importância do Relatório de Execução do Plano Regional, enquanto documento fundamental para a avaliação da execução das políticas sectoriais definidas para o respetivo período anual, bem como do cumprimento material e financeiro dos projetos e ações que compõem os diferentes programas de investimento, permitindo a análise de eventuais desvios entre o programado e o executado e a interpretação das consequências desses desvios.

O presente parecer sobre o Relatório de Execução do Plano Regional 2022 tem por base o Plano Regional Anual para o ano de 2022, publicado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2021/A, de 17 de junho.

A organização do documento em análise respeita a estrutura habitual dos relatórios dos anos anteriores e compreende um primeiro capítulo sobre a envolvente mundial, nacional e regional, um segundo capítulo onde se mostram os aspetos gerais da execução do Plano em 2022, um terceiro capítulo com o detalhe financeiro e material da programação, um quarto capítulo com elementos sobre a execução dos programas operacionais no período de programação 2021-2024 e ainda um anexo onde se exibem os quadros financeiros relativos à execução sectorial do Plano, por objetivos, por entidade executora e por ilha.

ÍNDICE

1. ÂMBITO E TERMOS DO PARECER	2
2. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2.1 ENQUADRAMENTO	4
2.1 EXECUÇÃO DO PLANO	6
3. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA	10
3.1 ECONOMIA MUNDAL.....	10
3.1 ECONOMIA NACIONAL	11
3.1 ECONOMIA REGIONAL.....	13
4. EXECUÇÃO DO PLANO – Aspectos Gerais.....	15
4.1 Análise da execução Financeira por grandes Objetivos.....	16
4.2 Análise da execução Financeira por Entidade Executora e Proponente	19
4.3 Análise da execução Financeira por ilha.....	22
4.4 Análise da execução Financeira versus período homólogo (2020).....	23
4.4 Análise da execução dos Programas, Projetos e Ações	23
5. EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS	32
5.1 PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020	32
5.2 PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA – AÇORES.....	34

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

2.1 ENQUADRAMENTO

O Plano Regional Anual (PRA) para 2022 dá início ao segundo ano do período de programação delineado para o quadriénio 2021-2024, concretizando as Orientações de Médio Prazo, do XIII Governo Regional dos Açores.

Coloca novamente o foco na pandemia, provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, principalmente pelos choques do lado da procura e da oferta, que tiveram efeitos notáveis sobre os fluxos de comércio internacional, provocando ruturas nas cadeias produtivas, desequilíbrios no mercado de trabalho e fortes impactos na prestação de bens e serviços. Todas estas condicionantes, associadas a uma pressão inflacionária conduziram a que a generalidade dos governos das economias avançadas implementassem medidas discricionárias com um impacto orçamental significativo e que visavam a sustentação dos sistemas de saúde, proteção social das famílias e apoio às empresas e ao setor produtivo.

Para 2022, perspetivava-se que a economia mundial continuasse na sua trajetória de retoma dos impactos provocados pelo contexto pandémico, suportada na diminuição das restrições relacionadas com a pandemia, na eliminação gradual de constrangimentos verificadas nas cadeias de fornecimento de bens, na recuperação do mercado de trabalho e nos elevados níveis de poupança.

Em termos financeiros e orçamentais a resposta da EU também foi única e expressiva, nomeadamente através da prossecução de políticas e criação de planos de recuperação, nomeadamente, o Conselho Europeu, criou o instrumento extraordinário de recuperação Next Generation EU, a partir do qual desenvolveu o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadram os planos de Recuperação e Resiliência.

No entanto, a invasão russa ao território ucraniano, em fevereiro de 2022, marcou o início da guerra na Europa, pondo em causa a estabilidade da ordem europeia e mundial e tornando impossível prever qualquer cenário futuro. O ambiente de incerteza e instabilidade condicionaram o comportamento e as decisões dos agentes económicos e políticos.

Por seu turno, o contexto de inflação galopante, conduziu não só a um aumento muito considerável do custo de vida, mas também provocou alteração na política monetária dos bancos centrais, marcando o fim de uma época de taxas de juro reduzidas, e mesmo negativas.

Depois da arrancada de recuperação económica de 2022, o abrandamento da recuperação do consumo e do turismo, a desaceleração da economia mundial, os preços elevados da energia, a incerteza e o aumento das taxas de juro, vieram condicionar a atividade, bem como o sentimento dos consumidores e a confiança do sector empresarial.

A nível mundial, as estimativas para 2022 que constam, no PRA 2022, baseavam-se nas projeções do Fundo Monetário Internacional (abril 2021), e que perspetivavam uma inversão positiva de cenário já a partir de 2021. Contudo, os valores alcançados em 2022 foram na sua maioria distintos das previsões iniciais, em grande parte fruto do imprevisível conflito bélico e feitos subsequentes.

O PIB Mundial assinalou uma taxa de 3,4% em 2022 (estimativa inicial de 4,4%), o que corresponde a uma regressão de 2,9 p. p. face ao período homólogo. O comércio mundial de bens e serviços assinalou uma tendência semelhante, com uma variação positiva (5,1%), ainda

que bastante inferior aos resultados de 2021 (10,6%), bem como às previsões iniciais (6,5%). A inflação medida pelos preços no consumidor, evidenciou uma maior moderação nas economias avançadas (7,3%) do que nos mercados emergentes (9,8%). Valores ainda assim muito acima das estimativas iniciais que correspondiam, respetivamente, a 1,7% e 4,4%.

A economia portuguesa projetava, à semelhança da economia mundial uma tendência de melhoria, face à inversão, já positiva registada em 2021, fundamentada na performance do setor do turismo, no investimento público (PRR e outros), e em medidas de relançamento da economia, e que foi alcançada. O PIB atingiu em 2022 uma taxa de variação anual de 6,8%, superior à estimada inicialmente em 5,2% (BdP). Não obstante a retoma da atividade económica, os impactos do conflito militar na Ucrânia acompanhados pelo agravamento da inflação e consequente alteração da política monetária, condicionaram negativamente o comportamento de algumas variáveis económicas.

A procura interna, as exportações, as importações, o mercado de trabalho, a dívida pública e o saldo global das administrações revelaram resultados favoráveis. Embora algumas variáveis registem um aumento inferior comparativamente ao ano transato, a maioria superou os valores inicialmente previstos para 2022.

Relativamente ao Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), enquanto indicador de inflação, foi estimado em 0,9% para 2022. Contudo, face à conjuntura bélica, que conduziu à inversão da política monetária em vigor, com a subida intensa das taxas de juro de referência o IHPC atinge uma taxa de variação anual de 8,1%, comprovando uma rutura total com o comportamento registado anos anteriores.

No Plano Regional Anual 2022, foi efetuada uma análise da situação económica e social da Região, revelando aspetos demográficos e da economia regional. Contudo voltamos a constatar, à semelhança de 2021, que apesar dos diferentes e vastos indicadores apresentados, os mesmos, estavam pouco atualizados (alguns dados reportavam a 2019) e principalmente continuam a não apresentar qualquer indicação prospetiva, neste caso para 2022, não permitindo averiguar se a economia regional alcançou as previsões ou estimativas delineadas, [aspeto que o CESA recomendou melhorar no último relatório e, embora não se tenha verificado ainda no PRA de 2022, já se concretizou no PRA para 2023.](#)

Relativamente à evolução Regional que consta no Relatório de execução do Plano de 2022 e de forma resumida confirmamos que relativamente ao PIB (dados provisórios de 2021) alcançou um volume de 4 421 milhões de euros em 2021 o que representa um crescimento nominal de 6,2% e real de 5,0% em relação ao ano anterior.

Para dados mais recentes utilizou-se o IAE – Indicador de Atividade Económica, que mostra a partir de março de 2021 uma tendência de aceleração deste indicador, seguido por uma desaceleração em 2022. Relativamente ao Consumo Privado, verificou-se uma tendência similar, com um incremento considerável a meio do ano de 2021, desacelerando e mantendo depois uma evolução estável durante o ano de 2022. Quanto ao mercado de trabalho, espelhou uma evolução positiva dos indicadores analisados alusivos ao emprego.

Por fim, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), apresentou em 2022 uma taxa de variação média de 5% em relação ao ano anterior, refletindo à semelhança das restantes economias, o contexto de elevada inflação, ainda que abaixo da média nacional e mundial.

2. 2 EXECUÇÃO DO PLANO

O Plano Regional para 2022 estruturava-se, inicialmente, em 12 programas, agrupados de acordo com os 4 objetivos estratégicos definidos, que por sua vez integravam 123 projetos e 680 ações.

Os 4 objetivos estratégicos eram os seguintes: Política para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades; Um futuro mais Digital e Ecológico no seio da Sociedade do Conhecimento; Uma Governação ao Serviço das Pessoas, Próxima e Transparente; e Afirmar os Açores no Mundo.

O Plano Regional para 2022 antecipava uma verba de 799,4 milhões de euros, de investimento direto do Governo Regional, num contexto de investimento público previsual de 973,6 milhões de euros, sendo posteriormente revista para o patamar dos 781,4M€.

Relativamente à execução financeira do Plano Regional Anual de 2022, alcançou o montante de 517 M€, o que representa um grau de concretização de 66,18%, contemplando 123 projetos e 710 ações (mais 30 do que o estimado, embora pela análise realizada só consigamos registar 708 ações, o que representa mais 38 do que as previstas inicialmente).

O documento efetua uma análise à execução do Plano por grandes Objetivos, por Entidade Executora, por entidade Proponente, por Ilha e detalhadamente por Programa/ Projetos/ Ações.

A dotação financeira (revista) atribuída ao objetivo “Política para a coesão social e para a igualdade de oportunidades” (A), ascendia a cerca de 213 milhões de euros, absorvendo 27,28 % do valor global do Plano Regional, e registou uma execução de 75,88%.

O objetivo “Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento” (B), dotado com 282 milhões de euros (dotação revista), representava 36,10 % do valor do Plano Regional, e apresentou uma execução de 48,84%.

Relativamente a “Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente” (C), foi contemplada uma dotação de 93,5 milhões de euros, representando 11,96 % do valor global do plano, e alcançou uma execução de 71,42%.

As áreas de intervenção que integram o objetivo “Afirmar os Açores no mundo” contemplavam 24,65% da dotação revista do plano, a que acomodava uma despesa estimada de 192,6 milhões de euros. Em 2022 apresentou uma execução de 66,18%.

Da análise às entidades Executoras verificamos que as entidades com maior dotação de verba prevista para 2022 (Dotação Revista) eram respetivamente a Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia (230,5 milhões de euros), representando 29,5% do total da verba revista, a Secretaria Regional da Obras Públicas e Comunicações (122,7 milhões de euros), com um peso de 15,70% do total do Plano, e a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (108,9 milhões de euros), com 13,9% da verba do Plano para 2022.

A nível da execução financeira, por entidade executora, destacam-se com melhor performance, nomeadamente com execuções acima dos 80%, a Secretaria Regional da Saúde e Desporto (82,56%), a Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (81,26%) a Secretaria Regional da Educação (80,99%). A entidade com desempenho inferior, por apresentar uma taxa de execução mais baixa, e inferior a 50%, foi a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (40,13%). As restantes situaram-se num patamar intermédio de execução, entre os 56-80%.

Foi ainda possível observar que cada um dos 12 (doze) programas definidos estão distribuídos por cada uma das 12 (doze) entidades Executoras correspondentes, logo a execução dos programas é coincidente com a da entidade Executora que lhe corresponde.

Relativamente à execução financeira, por entidade Proponente, observamos que a cada entidade proponente poderá corresponder a um ou mais programas. Com esta repartição visualizamos o impacto que a execução dos programas origina no total da execução da entidade Proponente, que se apresenta distinto em alguns casos da entidade executora.

À semelhança da análise realizada ao ano de 2021, não foi possível aferir qual a percentagem da execução financeira desagregada por ilha uma vez que o Plano Regional Anual para 2022, apresenta não a verba do plano estimada por ilha, mas sim o investimento público total repartido por ilha (incluindo valores para além do orçamento do plano para 2022). Desta forma, no Relatório de Execução do Plano de 2022 constatamos apenas a verba executada, não sendo possível aferir o valor relativo da sua execução. – [Aspeto que o CESA gostaria, novamente, de enaltecer a melhorar nos próximos relatórios.](#)

Limitando a análise apenas à verba executada por ilha, atestamos que São Miguel concentra 35,14% do total da verba executada (181,7 M€), seguindo-se a ilha Terceira com 11,60% (59,9 M€) e o Pico com 4,4% (22,9 M€). Na quarta posição temos a ilha do Faial que alcança 2,93% (15,2 M€), seguida pela ilha de São Jorge com 2,39% (12,3M€) e Flores com 1,71% (8,6 M€). Nas últimas três posições temos a ilha Graciosa com 1,06% (5,5 M€), a ilha de Santa Maria que atingiu 1,03% (5,3 M€), e por fim o Corvo que consegue 0,16% (0,8 M€). De referir que há uma verba designada como NDE (Não Definida) que agrega 39,54% da verba executada, o que corresponde a 204,5M€.

Na comparação com período homólogo, verificamos que a execução financeira do Plano Regional Anual atingiu em 2021 o montante de 632,8 milhões de euros, o que traduz um grau de 86,4% de concretização face ao programado (Dotação revista 732 milhões de euros). Em 2022, observa-se uma execução financeira no montante de 517 M€, o que representa um grau de concretização de 66,18% da dotação Revista do Plano (781 milhões de euros). No comparativo dos 2 anos, verificamos menos 155,7 milhões de euros de verba executada, o que representa um decréscimo de mais de 20 p. p. de taxa de execução, versus período homólogo, que cai para os 66,18% em 2022. – [Aspeto que o CESA gostaria de ter visto mais detalhado quanto aos motivos do decréscimo a nível de execução em 2022.](#)

Em relação aos 12 (doze) Programas definidos para 2022, verificamos que os programas com maior dotação de verba estimada (coincidentes com a entidade Executora) foram respetivamente: 10 – Transportes, turismo e Energia (230,5 milhões de euros), representando 29,5% do total da verba revista; o 12 - Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações (122,7 milhões de euros), com um peso de 15,7% do total do Plano; e o 3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública (108,9 milhões de euros), com 13,94% da verba para 2022.

No que concerne à execução financeira, por programa, destaca-se o programa 5 - Saúde, Desporto e Proteção Civil (82,56%), o programa 11 - Juventude, Emprego, Comércio e Indústria (81,26%) e o programa 4 – Educação (80,99%), com taxas de execução acima dos 80%. O programa com um desempenho inferior, por apresentar uma taxa de execução mais baixa e inferior a 50%, foi o programas 3 - Competitividade Empresarial e Administração Pública (40,13%).

Os restantes programas alcançaram um patamar intermédio de execução, entre os 56-80%.

Numa análise mais detalhada à execução dos programas, por projetos e ações, constatamos que o Plano Regional Anual 2022 previa a execução, em 2022, de 123 projetos com 680 ações.

Relativamente aos projetos apresentados confirmamos serem 127 no total. Quanto às ações constatamos mais 28 (vinte e oito) ações do que as estimadas inicialmente (708 no total, embora o Relatório de Execução faça referência a 710), das quais 581 foram executadas em 2022, o que representa uma taxa de execução de 82,06%, superior à execução financeira.

Nesta perspetiva de execução de ações, registamos que os programas com execuções mais baixas foram os programas 12 - Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações (70%) e o programa 2 - Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades (73,53%). Já os programas com melhores execuções foram o 1 - Informação, Comunicação e Cooperação Externa (100%), o programa 11 - Juventude, Emprego, Comércio e Indústria (97,30%) e o 3 - Competitividade Empresarial e Administração Pública (92,59%).

Podemos assim concluir que o programa 11 - Juventude, Emprego, Comércio e Indústria evidencia-se dos demais programas pelas melhores taxas execução, não só financeira como também pelo número absoluto de ações realizadas. Os programas 4 – Educação, 5 - Saúde, Desporto e Proteção Civil e 6 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural mostram igualmente uma boa performance de execução financeira e ações.

No que toca a resultados menos favoráveis a nível de execução financeira e ações realizadas sobressai o programa 12 - Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações.

Os programas 8 – Cultura, Ciência e Transição Digital, 9 - Ambiente, Alterações Climáticas e Território, 1 – Informação, Comunicação e Cooperação Externa e 3 - Competitividade Empresarial e Administração Pública apresentam uma execução muito favorável de execução de ações, mas menos favorável de execução financeira, especialmente o programa 3.

Ainda sobre este tema, o CESA considera fundamental que a informação sobre o grau de execução dos projetos/ ações seja mais completa, coerente e precisa uma vez que se detetou o seguinte:

- Carência de justificação quanto à “não execução” de grande parte das ações não executadas;
- Algumas ações não tiveram execução financeira, mas tiveram execução material, esta informação devia ser mais coerente e explícita em cada um dos programas;
- Constatamos que houve transferência de verbas de algumas ações para outras entidades, contudo o documento é omissivo quanto à sua execução;

Relativamente à execução de Programas e Iniciativas Comunitárias referentes ao ano de 2022, do Período Comunitário 2014-2020, o CESA emitiu um parecer sobre esta execução, aprovado em Plenário em maio do corrente ano. Os valores estão próximos dos apresentados no Relatório de Execução do Plano 2022. As pequenas diferenças verificadas poderão resultar da obtenção de informação mais atualizada, aquando da elaboração do presente documento.

O Conselho Económico e Social dos Açores, pelas funções de órgão de acompanhamento do PRR-Açores, também se pronunciou numa das suas reuniões do plenário, sobre Relatório Anual de Progresso 2022 do PRR-Açores e o Relatório Periódico de Monitorização Trimestral 4.ºT 2022.

No parecer foi referido, a nível de execução de marcos e metas que “Uma análise global aos investimentos do PRR-Açores no 4º trimestre de 2022, que incidiu sobre a execução de 139 (cento e trinta e nove) Marcos e Metas, revelou que, de um total de 88 (oitenta e oito) Marcos e Metas

definidos até 31 de dezembro de 2022, 57 (cinquenta e sete) estão “Completos” (64,77%) e 31 (trinta e um) estão “Não Completos” (35,23%). Relativamente aos próximos 4 trimestres, dos 51 (cinquenta e um) Marcos e Metas estabelecidos, 20 (vinte) encontravam-se “Dentro do Prazo” (39,22%), sendo que 2 (dois) já se encontram efetivamente executados, e 31 (trinta e um) estão “Atrasados” (60,78%).”

Por fim, O CESA destaca ainda que era importante em futuros Relatórios de Execução que fosse feita uma avaliação do impacto das despesas efetuadas nos diferentes programas em termos agregados, como por exemplo nos empregos criados, no aumento verificado nas exportações, no contributo para a redução da pobreza ou do abandono escolar, ou nas exportações de bens e serviços dos Açores.

3. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

O documento em apreço mostra de forma resumida os principais traços evolutivos e prospetivos das realidades e situações socioeconómicas a nível mundial e nacional e contextualiza a situação evolutiva da economia regional.

Pretende-se analisar as previsões prospetivas do Plano Regional Anual (PRA) 2022 com as efetivamente verificadas, para o mesmo ano através do Relatório de Execução do Plano 2022.

3.1. Economia Mundial

O Plano Regional Anual (PRA) e o Relatório de Execução Anual, colocam novamente o foco na pandemia, provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, principalmente pelos efeitos que causou no cenário económico mundial. Contudo, ninguém antevia uma invasão militar da Rússia à Ucrânia, em fevereiro de 2022, e todos os possíveis impactos resultantes deste conflito.

Os choques do lado da procura e da oferta, resultantes da pandemia, tiveram efeitos notáveis sobre os fluxos de comércio internacional, provocando ruturas nas cadeias produtivas, desequilíbrios no mercado de trabalho e fortes impactos na prestação de bens e serviços. Todas estas condicionantes, associadas a uma pressão inflacionária conduziram a que as generalidades dos governos das economias avançadas implementassem medidas discricionárias com um impacto orçamental significativo e que visavam a sustentação dos sistemas de saúde, proteção social das famílias e apoio às empresas e ao setor produtivo.

Para 2022, perspetivava-se que a economia mundial continuasse na sua trajetória de retoma dos impactos provocados pelo contexto pandémico, suportada na diminuição das restrições relacionadas com a pandemia, na eliminação gradual de constrangimentos verificadas nas cadeias de fornecimentos de bens, na recuperação do mercado de trabalho e nos elevados níveis de poupança. No entanto, invasão russa ao território ucraniano, marcou o início da guerra na Europa, pondo em causa a estabilidade da ordem europeia e mundial e tornando impossível prever qualquer possível cenário. O ambiente de incerteza e instabilidade condicionaram o comportamento e as decisões dos agentes económicos e políticos.

Por seu turno, o contexto de inflação galopante, conduziu não só a um aumento muito considerável do custo de vida, mas também provocou alteração na política monetária dos bancos centrais, marcando o fim de uma época de taxas de juros reduzidas, e mesmo negativas.

Depois da arrancada de recuperação económica de 2022, o abrandamento da recuperação do consumo e do turismo, a desaceleração da economia mundial, os preços elevados da energia, a incerteza e o aumento das taxas de juro, começaram a condicionar a atividade, bem como o sentimento dos consumidores e a confiança do sector empresarial.

As estimativas para 2022 que constam, numa tabela no PRA 2022, baseavam-se nas projeções do Fundo Monetário Internacional (abril 2021), e que perspetivavam uma inversão positiva de cenário já a partir de 2021.

Contudo, constatamos que os valores alcançados em 2022 foram na sua maioria distintos das previsões iniciais, como verificamos no quadro abaixo, em grande parte fruto do imprevisível conflito bélico e feitos subsequentes.

Indicadores para a Economia Mundial

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023(e)	2024(e)
PIB									
Economia mundial	3,3	3,8	3,6	2,8	-2,8	6,3	3,4	2,8	3,0
Economias avançadas	1,8	2,5	2,3	1,7	-4,2	5,4	2,7	1,3	1,4
EUA	1,7	2,2	2,9	2,3	-2,8	5,9	2,1	1,6	1,1
Japão	0,8	1,7	0,6	-0,4	-4,3	2,1	1,1	1,3	1,0
Área do euro	1,9	2,6	1,8	1,6	-6,1	5,4	3,5	0,8	1,4
Reino Unido	2,2	2,4	1,7	1,6	-11,0	7,6	4,0	-0,3	1,0
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,4	4,7	4,7	3,6	-1,8	6,9	4,0	3,9	4,2
Rússia	0,2	1,8	2,8	2,2	-2,7	5,6	-2,1	0,7	1,3
China	6,9	6,9	6,8	6,0	2,2	8,4	3,0	5,2	4,5
Índia	8,3	6,8	6,5	3,9	-5,8	9,1	6,8	5,9	6,3
Brasil	-3,3	1,3	1,8	1,2	-3,3	5,0	2,9	0,9	1,5
Comércio mundial de bens e serviços	2,3	5,6	4,0	1,0	-7,8	10,6	5,1	2,4	3,5
Preços no consumidor									
Economias avançadas	0,7	1,7	2,0	1,4	0,7	3,1	7,3	4,7	2,6
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,4	4,5	4,9	5,1	5,2	5,9	9,8	8,6	6,5

Nota: (e) = estimativa

Fonte: International Monetary Fund (IMF). World Economic Outlook, abril 2023

FONTE: Relatório de Execução PRA 2022

O PIB Mundial assinalou uma taxa de 3,4% em 2022 (estimativa inicial de 4,4%), o que corresponde a uma regressão de 2,9 p. p. face ao período homólogo.

Nas economias avançadas previa-se igualmente uma aceleração da produção em 3,6%, que foi alcançada, mas em menor escala 2,7%. Para as economias emergentes e em desenvolvimento também se estimava um crescimento na produção de 5%, mas situou-se nos 4%. Quer as economias avançadas quer as economias emergentes e em desenvolvimento registam valores inferiores aos verificados em 2021, em 2,7 p.p. e 2,9 p.p. respetivamente.

O comércio mundial de bens e serviços assinala uma tendência semelhante, com uma variação positiva (5,1%), ainda que bastante inferior aos resultados de 2021 (10,6%), bem como às previsões iniciais (6,5%).

A inflação medida pelos preços no consumidor, evidenciou uma maior moderação nas economias avançadas (7,3%) do que nos mercados emergentes (9,8%). Valores ainda assim muito acima aos estimados inicialmente, que correspondiam respetivamente a 1,7% e 4,4%.

3.2. Economia Portuguesa

A economia portuguesa, à semelhança da economia mundial, sofreu fortes impactos decorrentes da pandemia de covid-19. Para 2022, projetava-se, uma tendência de melhoria, face à inversão, já positiva registada em 2021, fundamentada na performance do sector do turismo, no investimento público (PRR e outros) e em medidas de relançamento da economia, e que foi alcançada. O PIB atingiu em 2022 uma taxa de variação anual de 6,8%, superior à estimada inicialmente em 5,2% (BdP).

Não obstante a retoma da atividade económica, uma vez ultrapassada o contexto da pandemia, os impactos do conflito militar na Ucrânia acompanhados pelo agravamento da inflação e consequente alteração da política monetária, condicionaram negativamente o comportamento de algumas variáveis económicas.

Indicadores para a Economia Portuguesa

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (*)			2024 (*)	
						BdP	CFP	MF	BdP	CFP
PIB	3,0	2,7	-8,4	5,6	6,8	1,8	1,2	1,3	2,0	1,8
Procura interna total	3,2	3,0	-5,2	5,6	4,6	0,8	1,2	1,6	1,8	1,4
Consumo privado	2,6	3,4	-7,1	4,7	5,9	0,3	0,4	0,7	1,0	0,7
Consumo público	0,6	2,1	0,4	4,6	1,7	1,8	2,8	2,3	1,1	1,0
Formação Bruta de Capital Fixo	6,2	5,4	-2,2	8,7	3,1	2,3	2,3	3,6	5,2	4,2
Importações	5,0	4,9	-11,8	13,2	11,1	2,4	2,3	4,0	3,4	2,9
Exportações	4,1	4,1	-18,8	13,4	16,6	4,7	2,3	3,7	3,7	3,9
Emprego e desemprego (Inquérito ao Emprego)										
Emprego, ótica Contas Nacionais	2,3	0,8	-1,8	1,9	2,0	0,1	0,2	0,4	0,2	0,4
Taxa de desemprego (% da pop. ativa)	7,2	6,6	7,0	6,6	6,0	7,0	6,4	5,6	6,9	6,4
IHPC	1,2	0,3	-0,1	0,9	8,1	5,5	5,9	4,0	3,2	3,1
Finanças públicas (% do PIB)										
Saldo global das administrações	-0,3	0,1	-5,8	-2,9	-0,4	-	-0,6	-0,9	-	-0,1
Dívida pública consolidada (ótica Maastricht)	121,5	116,6	134,9	125,4	113,9	-	109,2	115,4	-	105,3

Nota:

(*) = projeção

Fontes: 2018-2022: INE, BdP

2023-2024: CFP - Perspetivas Económicas e Orçamentais 2023-2027, março de 2023

MF - Relatório do Orçamento do Estado para 2023, dezembro 2022

BdP – Boletim Económico (cenário base), março 2023

FORNE: Relatório de Execução PRA 2022

A procura interna alcançou em 2022 taxa de crescimento de 4,6% (valor similar à estimativa inicial).

Em consonância com a recuperação económica, registou-se nova intensificação dos níveis de importações e exportações de bens e serviços. As estimativas, para 2022, apresentam crescimentos expressivos de 9,9% e 11,5% e, alcançaram ambas respetivamente 11,1% e 16,6%, que ficou a dever-se do lado das exportações ao aumento expressivo da componente do turismo, e do lado das importações à recuperação da procura global. Ainda assim as importações registaram um aumento inferior comparativamente ao ano transato.

Quanto ao mercado de trabalho, manteve-se a tendência de recuperação dos principais indicadores, após o cenário de pandemia. O desemprego inicialmente estimado situar-se nos 7,6%, caiu para 6% em 2022 (abaixo dos 6,6% registados em 2021, valor mais baixo desde 2003), enquanto a taxa de emprego manteve a tendência de variação positiva de 2,0%, superior à estimativa inicial de 1,6%, bem como ao valor registado em 2021 que alcançou 1,9%

Relativamente ao Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), enquanto indicador de inflação, foi estimado em 0,9% para 2022. Contudo, face à conjuntura bélica, que conduziu à inversão da política monetária em vigor, com a subida intensa das taxas de juro de referência, o IHPC atinge uma taxa de variação anual de 8,1%, comprovando uma rutura total com o comportamento registado anos anteriores.

No que toca aos indicadores relacionados com as Finanças Públicas, preservaram em 2022, a tendência de consolidação comprovada já no ano anterior. A dívida pública consolidada, em percentagem do PIB, fixou-se nos 113,9%, assinalando um decréscimo face aos 125,4% do ano homólogo, e dos 125,6% estimados pelo FMI. Quanto ao saldo global das administrações também melhorou, convertendo-se de um défice de 2,9% do PIB, em 2021, para 0,4% do PIB em 2022, superando igualmente as previsões iniciais para 2022.

3.2. Economia Regional

No Plano Regional Anual 2022, foi efetuada uma análise da situação económica e social da Região, revelando aspetos demográficos e da economia regional. Contudo voltamos a constatar, à semelhança de 2021, que apesar dos diferentes e vastos indicadores apresentados, os mesmos, estavam pouco atualizados (alguns dados reportavam a 2019) e principalmente continuam a não apresentar qualquer indicação prospetiva, neste caso para 2022, não permitindo averiguar se a economia regional alcançou as previsões ou estimativas delineadas.

Relativamente à evolução Regional que consta no Relatório de execução do Plano de 2022 e de forma resumida confirmamos que relativamente ao PIB (dados provisórios de 2021) alcançou um volume de 4 421 milhões de euros em 2021 representa um crescimento nominal de 6,2% e real de 5,0% em relação ao ano anterior.

Para dados mais recentes utilizou-se o IAE – Indicador de Atividade Económica, que mostra a partir de março de 2021 uma tendência de aceleração deste indicador, seguido por uma desaceleração em 2022, resultado do cenário de alguma incerteza provocada, em grande parte ela agressão militar da Rússia à Ucrânia, pelas pressões inflacionistas e consequente ajuste da política monetária pelos Bancos Centrais. (Fonte SREA)

Relativamente ao Consumo Privado, verifica-se uma tendência similar, com um incremento considerável a meio do ano de 2021, desacelerando e mantendo depois uma evolução estável durante o ano de 2022. (Fonte SREA)

Quanto ao mercado de trabalho, espelhou uma evolução positiva dos indicadores analisados alusivos ao emprego.

Em 2022, a população ativa registou 122,7 mil indivíduos, incrementando, face a 2021, cerca de 3,2%, e a população empregada assinala a mesma tendência, alcançando 115,4 mil indivíduos o que representa acréscimo de 4,5% em relação ao ano transato.

A taxa global de atividade cifrou-se nos 60,7%, em 2022, mais 1,8 p.p. do que em 2021. Já a taxa de desemprego na Região alcançou em 2022 6,0%, apresentando, assim, uma redução de 1,2 p.p. relativamente ao ano transato.

A inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), apresentou em 2022 uma taxa de variação média de 5% em relação ao ano anterior, refletindo à semelhança das restantes economias, o contexto de elevada inflação. As variações médias positivas mais consideráveis, em 2022, verificaram-se nas classes “Restaurantes e Hotéis” (12,1%), que tinha mostrado uma variação negativa relevante em 2021, “Transportes” (9,6%) e “Produtos Alimentares e Bebidas não Alcoólicas” (9,2%).

Quanto aos indicadores de atividades económica o documento faz referência à melhoria no comportamento dos níveis de emprego bem como à retoma positiva das atividades do setor do turismo (dormidas, nº passageiros desembarcados nos aeroportos). Evidencia também a nível de consumo duradouro, o aumento da venda de veículos automóveis, mas alerta para a alavancagem inerente do aumento do parque de viaturas das rent-a-cars. Comparando 2022 com 2021, verifica-se um aumento de vendas de viaturas na ordem dos 15,9%.

Acresce ainda uma análise ao pescado descarregado, que embora muito dependente de elementos naturais regista em 2022 cerca de 10,2 mil toneladas, o que representa um decréscimo de -14,0% do pescado descarregado, em relação a 2021. Não obstante, em termos de valor, houve um incremento de 10,2% em 2022 face a 2021, tendo-se alcançado a quantia de 40,5 milhões de euros.

Por fim no domínio da fileira do leite mantém-se um volume de mais de 600 milhões de litros entregues nas fábricas por ano, embora comparativamente ao ano transato, no final de 2022, se registre um decréscimo da entrega acumulada anual de cerca de 6,5%.

4. EXECUÇÃO DO PLANO – Aspetos Gerais

O Plano Regional Anual para 2022 prossegue a execução do segundo ano do ciclo de programação delineado para o quadriénio 2021-2024, concretizando as Orientações de Médio Prazo, do XIII Governo Regional dos Açores.

Inicialmente estruturava-se em 12 programas, agrupados de acordo com os 4 objetivos estratégicos definidos, que por sua vez integravam 123 projetos e 680 ações. Na Execução do PRA para 2022, o documento refere 710 ações em vez das 680 previstas inicialmente, mais 39 ações (embora na nossa análise só registemos 708 ações).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- A. Política para a coesão social e para a igualdade de oportunidades;
- B. Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento;
- C. Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente; e
- D. Afiramar os Açores no mundo.

PROGRAMAS:

- 1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa
- 2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades
- 3. Competitividade Empresarial e Administração Pública
- 4. Educação
- 5. Saúde, Desporto e Proteção Civil
- 6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
- 7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar
- 8. Cultura, Ciência e Transição Digital
- 9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território
- 10. Transportes, Turismo e Energia
- 11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria
- 12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações

De acordo com o Plano Regional Anual para 2022, o financiamento da APR (Administração Pública Regional) assentava, do lado da Receita:

- nas Receitas Próprias, a principal fonte de financiamento do orçamento da Região, estimando-se em 824,5 milhões de euros, o que correspondia a 45% da totalidade da receita;

- nas transferências do Orçamento de Estado, da União Europeia (Fundos Comunitários) e de outros fundos, e que asseguram a cobertura financeira de 45,3 % da despesa global de investimento público (836,2€).

Para o ano de 2022, em termos previsionais, a despesa pública regional estava estimada em 1 830,7 milhões de euros, dos quais 857,1 milhões de euros, de despesas de funcionamento e 973,6 milhões de euros de investimento público.

O Plano Regional para 2022 antecipava uma verba de 799,4 milhões de euros, de investimento direto do Governo Regional. A verba foi posteriormente revista, passando a contemplar um valor de 781,4M€.

	2022	
	Valor	%
Saldo Inicial		
ORIGEM DE FUNDOS	1 830,7	100,0%
(1) Receitas Próprias	824,5	45,0%
(2) Transferências do OE	326,3	17,8%
(3) Fundos Comunitários	335,7	18,3%
(4) Outros Fundos	174,2	9,5%
Sub-total	1 660,7	90,7%
(5) Nec. de Financiamento	170,0	9,3%
APLICAÇÃO DE FUNDOS	1 830,7	100,0%
(6) Despesas de Funcionamento	857,1	46,8%
Juros da dívida	39,1	2,1%
(7) Investimento Público na RAA	973,6	53,2%
Plano	799,4	43,7%
Rácio (1)/(6)		96,2%

Nota: Exclui operações de refinanciamento.

Fonte: Plano Regional Anual 2022

Relativamente à execução financeira do Plano Regional Anual de 2022, alcançou o montante de 517 M€, o que representa um grau de concretização de 66,18%, contemplando 123 projetos e 710 ações (mais 30 do que o estimado, embora pela análise realizada só consigamos registar 708 ações, o que representa mais 38 do que as previstas inicialmente).

4.1 Análise da Execução Financeira por grandes Objetivos

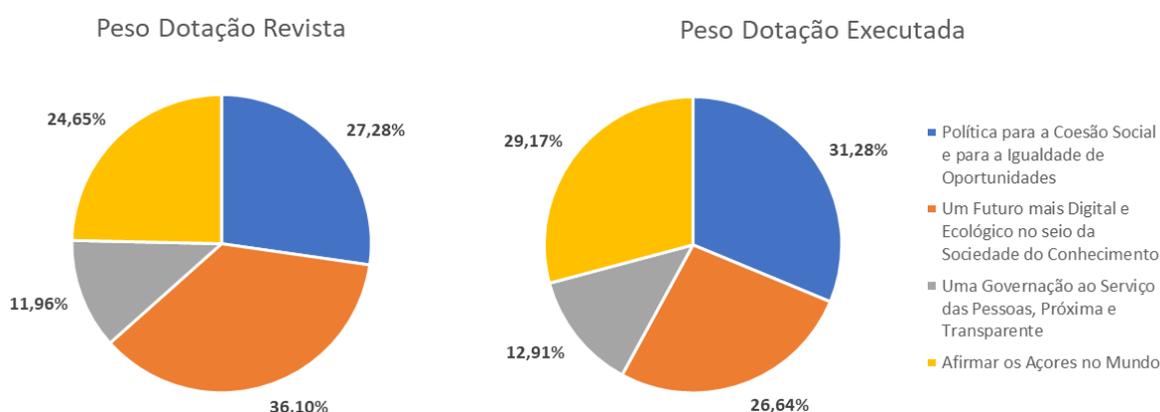
Os objetivos estratégicos definidos dividem-se em 4 (quatro): A - Política para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades; B - Um Futuro mais Digital e Ecológico no seio da Sociedade do Conhecimento; C - Uma Governação ao Serviço das Pessoas, Próxima e Transparente; e D - Afirmar os Açores no Mundo.

Da análise financeira verificamos que houve uma revisão da dotação, com transferência de verbas entre objetivos, embora não tenha alterado o valor total da verba:

	Dotação Inicial	Peso	Dotação Revista	Peso	Var. Abs
A	215 770 152 €	27,61%	213 151 647 €	27,28%	-2 618 505 €
B	286 407 864 €	36,66%	282 092 481 €	36,10%	-4 315 383 €
C	81 563 246 €	10,44%	93 485 178 €	11,96%	11 921 932 €
D	197 611 904 €	25,29%	192 623 860 €	24,65%	-4 988 044 €
TOTAL	781 353 166 €	100,00%	781 353 166 €	100,00%	0 €

A nível de execução por objetivos o cenário foi o seguinte para 2022:

	Dotação Revista	Dotação Executada		Variação	
		€	%	Abs	%
A	213 151 647 €	161 745 589 €	75,88%	-51 406 058 €	-24,12%
B	282 092 481 €	137 759 992 €	48,84%	-144 332 489 €	-51,16%
C	93 485 178 €	66 763 976 €	71,42%	-26 721 202 €	-28,58%
D	192 623 860 €	150 868 625 €	78,32%	-41 755 235 €	-21,68%
TOTAL	781 353 166 €	517 138 182 €	66,18%	-264 214 984 €	-33,82%



Fonte: Relatório de Execução do Plano 2022

A dotação financeira (revista) atribuída ao objetivo “Política para a coesão social e para a igualdade de oportunidades” (A), ascendia a cerca de 213 milhões de euros, absorvendo 27,28 % do valor global do Plano Regional, e registou uma execução de 75,88%.

O objetivo “Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento” (B), dotado com 282 milhões de euros (dotação revista), representava 36,10 % do valor do Plano Regional, e apresentou uma execução de 48,84%.

Relativamente a “Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente” (C), foi contemplada uma dotação de 93,5 milhões de euros, representando 11,96 % do valor global do plano, e alcançou uma execução de 71,42%.

As áreas de intervenção que integram o objetivo “Afirmar os Açores no mundo” contemplavam 24,65% da dotação revista do plano, a que acomodava uma despesa estimada de 192,6 milhões de euros. Em 2022 apresentou uma execução de 66,18%.

Execução Financeira do Plano – Desagregação por Objetivo/Programas

Investimento Público 2022 - Desagregação por Objeto

Unid.: Euro

Objetivo/Programas	Dotações		Execução	
	Inicial	Revista	Valor	%
TOTAL	781 353 166	781 353 166	517 138 183	66,18
Políticas para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades	215 770 152	213 151 647	161 745 589	75,88
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	53 222 273	56 222 273	39 528 309	70,31
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	175 000	165 000	149 011	90,31
4. Educação	37 695 130	40 105 130	33 305 617	83,05
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil	45 020 880	45 903 584	37 235 907	81,12
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	130 000	91 832	47 036	51,22
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	6 149 080	6 187 248	4 700 519	75,97
10. Transportes, Turismo e Energia	75 000	113 066	64 452	57,00
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	32 736 959	31 348 893	26 273 995	83,81
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	40 565 830	33 014 621	20 440 743	61,91
Um Futuro Mais Digital e Ecológico no Seio da Sociedade do Conhecimento	286 407 864	282 092 481	137 759 992	48,84
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	52 416 232	52 416 232	35 803 790	68,31
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	52 020 000	42 790 500	44 970	0,11
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil	3 382 560	1 611 680	1 343 885	83,38
6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	57 517 385	62 519 265	49 200 726	78,70
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	21 755 209	23 338 025	15 426 830	66,10
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	11 043 909	11 085 496	5 270 599	47,55
9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território	19 633 249	19 971 409	11 305 309	56,61
10. Transportes, Turismo e Energia	45 879 411	45 897 664	4 009 195	8,74
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	7 771 000	11 421 000	8 509 822	74,51
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	14 988 909	11 041 210	6 844 865	61,99
Uma Governação ao Serviço das Pessoas, próxima e Transparente	81 563 246	93 485 178	66 763 976	71,42
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1 347 500	1 544 500	1 046 435	47 500
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	2 964 987	3 254 987	2 500 115	64 987
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	12 998 955	13 728 455	7 867 517	57,31
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	30 000 000	36 296 214	36 243 985	99,86
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	34 251 804	38 661 022	19 105 924	49,42
Afirmar os Açores no Mundo	197 611 904	192 623 860	150 868 625	78,32
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	511 349	511 349	219 800	42,98
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	3 423 321	3 136 321	2 144 359	68,37
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	483 674	699 858	334 644	47,82
10. Transportes, Turismo e Energia	186 781 290	184 596 407	146 520 918	79,37
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	6 412 270	3 679 925	1 648 903	44,81

Fonte: Relatório de Execução do Plano 2022
Valor em euros

A análise efetuada à execução financeira dos programas por Objetivos estratégicos, permitiu verificar que no que concerne ao objetivo A - Política para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades, com a com a segunda posição no ranking das execuções (75,88%), que dos 9 (nove) programas previstos, 5 (cinco) apresentam execuções abaixo dos 80%, nomeadamente o programa 2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades (70,31%), 7 - Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar (51,22%), 8 - Cultura, Ciência e Transição Digital (75,97%) 10 - Transportes, Turismo e Energia (57%) e o 12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações (61,81%).

Em relação ao objetivo B - Um futuro mais Digital e Ecológico no seio da Sociedade do Conhecimento, é o objetivo com a execução total mais baixa (48,84%), que se explica pelo desempenho inferior dos programas: 3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública (0,11%), 10- Transportes, Turismo e Energia (8,74%), 8 - Cultura, Ciência e Transição Digital (47,55%), 9 - Ambiente, Alterações Climáticas e Território (56,61%), 12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações (61,99%), 7 - Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar (66,10%) e 2 - Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades (68,31%).

O objetivo C - Uma Governação ao Serviço das Pessoas, Próxima e Transparente, com uma execução de 71,42%, mostra como execuções mais baixas os programas 1 - Informação, Comunicação e Cooperação Externa (47,5%) e o 12 - Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações (49,42%).

Por fim, no que concerne a Afiramar os Açores no Mundo, é o objetivo com melhor execução dos 4 objetivos (78,32%), embora apresente alguns programas com execuções abaixo dos 50%, nomeadamente 1 - Informação, Comunicação e Cooperação Externa (42,98%), 12 - Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações (44,81%) e 7 - Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar (47,82%).

É efetuada no ponto 4.5 deste documento, uma análise mais aprofundada à execução dos programas, ações e projetos onde se lista igualmente quais os que ficaram “sem execução”.

4.2 Análise da Execução Financeira por Entidade Executora e Proponente

Execução Financeira do Plano – Entidades Executoras

Entidade Executora	Dotação Revista	% do Plano	Executado	% do Plano	% Execução
PGR	2 055 849 €	0,26%	1 266 235 €	0,24%	61,59%
VPGR	62 613 581 €	8,01%	44 172 784 €	8,54%	70,55%
SRFPAP	108 935 187 €	13,94%	43 716 277 €	8,45%	40,13%
SER_	29 022 425 €	3,71%	23 505 898 €	4,55%	80,99%
SRSD	57 151 289 €	7,31%	47 184 637 €	9,12%	82,56%
SRADR	64 059 945 €	8,20%	50 478 801 €	9,76%	78,80%
SRMP	24 108 883 €	3,09%	15 827 284 €	3,06%	65,65%
SRCTD	16 520 989 €	2,11%	9 406 121 €	1,82%	56,93%
SRAAC	20 803 249 €	2,66%	11 905 597 €	2,30%	57,23%
SRTTE	230 505 818 €	29,50%	150 541 860 €	29,11%	65,31%
SRJQPE	42 882 959 €	5,49%	34 848 269 €	6,74%	81,26%
SROPC	122 692 992 €	15,70%	84 284 421 €	16,30%	68,70%
TOTAL	781 353 166 €	100,00%	517 138 184 €	100,00%	66,18%

Fonte: Relatório de Execução do Plano 2022

Da análise às entidades Executoras verificamos que as entidades com maior dotação de verba prevista para 2022 (Dotação Revista) eram respetivamente a Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia (230,5 milhões de euros), representando 29,5% do total da verba revista, a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações (122,7 milhões de euros), com um peso de 15,70% do total do Plano, e a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (108,9 milhões de euros), com 13,9% da verba do Plano para 2022.

Segundo o Relatório de Execução 2022, os dados refletem “os investimentos realizados no âmbito das acessibilidades terrestres e apoio ao transporte aéreo e marítimo, no turismo e energia, no investimento em obras públicas e comunicações e na agricultura, florestas e desenvolvimento rural.”

A nível da execução financeira, por entidade executora, destacam-se com melhor performance, nomeadamente com execuções acima dos 80%, a Secretaria Regional da Saúde e Desporto (82,56%), a Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (81,26%) e a Secretaria Regional da Educação (80,99%). A entidade com desempenho inferior, por apresentar uma taxa de execução mais baixa, e inferior a 50%, foi a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (40,13%). As restantes situaram-se num patamar intermédio de execução, entre os 56-80%.

Seguidamente, podemos observar a execução financeira desagregada por entidade Executora e programa. Constatamos que cada um dos 12 programas definidos está distribuído por uma das 12 entidades Executoras correspondente, logo a execução dos programas é coincidente com a entidade Executora que lhe corresponde, e que foi evidenciado na tabela anterior.

Execução Financeira do Plano – Desagregação por Entidade Executora/Programa

Investimento Público 2022 - Desagregação por Entidade Executora

Unid.: Euro

Objetivo/Programas	Dotações		Execução	
	Inicial	Revista	Valor	%
TOTAL	781 353 166	781 353 166	517 138 183	66,18
Presidência do Governo Regional				
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1 858 849	2 055 849	1 266 235	61,59
Vice-Presidência do Governo Regional				
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	59 610 581	62 613 581	44 172 784	70,55
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública				
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	117 435 187	108 935 187	43 716 277	40,13
Secretaria Regional da Educação				
4. Educação	26 622 425	29 022 425	23 505 898	80,99
Secretaria Regional da Saúde e Desporto				
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil	56 268 585	57 151 289	47 184 637	82,56
Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural				
6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	60 829 945	64 059 945	50 478 801	78,80
Secretaria Regional do Mar e das Pescas				
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	22 308 883	24 108 883	15 827 284	65,65
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital				
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	16 822 989	16 520 989	9 406 121	56,93
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas				
9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território	20 103 249	20 803 249	11 905 597	57,23
Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia				

Investimento Público 2022 - Desagregação por Entidade Executora

Objetivo/Programas	Unid.: Euro			
	Dotações		Execução	
	Inicial	Revista	Valor	%
10. Transportes, Turismo e Energia	232 690 701	230 505 818	150 541 860	65,31
Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego				
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	40 582 959	42 882 959	34 848 269	81,26
Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações				
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	126 218 813	122 692 992	84 284 421	68,70

Fonte: Relatório de Execução do Plano 2022

Valor em euros

A nível da execução financeira, por entidade Proponente, observamos que a cada entidade proponente poderá corresponder um ou mais programas. Com esta repartição visualizamos o impacto que a execução dos programas origina no total da execução da entidade Proponente, que se apresenta distinto em alguns casos da entidade executora.

Nesta análise destaca-se para além do programa 3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública, o desempenho menos favorável do programa 12 - Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações, que embora seja também o mais presente em todas as entidades Proponentes, é o que apresenta na generalidade taxas de execução mais baixas.

Execução Financeira do Plano – Desagregação por Entidade Proponente/Programa

Investimento Público 2022 - Desagregação por Entidade Proponente

Objetivo/Programas	Unid.: Euro			
	Dotações		Execução	
	Inicial	Revista	Valor	%
TOTAL	781 353 166	781 353 166	517 138 183	66,18
Presidência do Governo Regional	1 858 849	2 055 849	1 266 235	61,59
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1 858 849	2 055 849	1 266 235	61,59
Vice-Presidência do Governo Regional	59 610 581	62 613 581	44 172 784	70,55
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	59 610 581	62 613 581	44 172 784	70,55
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública	117 517 187	108 935 187	43 716 277	40,13
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	117 435 187	108 935 187	43 716 277	40,13
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	82 000	0	0	0,00
Secretaria Regional da Educação	54 704 115	52 416 977	38 441 901	73,34
4. Educação	26 622 425	29 022 425	23 505 898	80,99
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	28 081 690	23 394 552	14 936 002	63,84
Secretaria Regional da Saúde e Desporto	63 013 945	62 662 093	49 830 000	79,52
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil	56 268 585	57 151 289	47 184 637	82,56
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	6 745 360	5 510 804	2 645 364	48,00
Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	62 106 670	65 445 751	51 408 494	78,55
6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	60 829 945	64 059 945	50 478 801	78,80
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	1 276 725	1 385 806	929 693	67,09
Secretaria Regional do Mar e das Pescas	32 191 933	28 346 138	17 846 231	62,96
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	22 308 883	24 108 883	15 827 284	65,65
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	9 883 050	4 237 255	2 018 947	47,65

Objetivo/Programas	Dotações		Execução	
	Inicial	Revista	Valor	%
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital	24 961 389	25 209 749	15 300 497	24 961 389
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	16 822 989	16 520 989	9 406 121	16 822 989
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	8 138 400	8 688 760	5 894 376	67,84
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas	27 450 033	24 227 161	13 751 427	56,76
9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território	20 103 249	20 803 249	11 905 597	57,23
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	7 346 784	3 423 912	1 845 830	53,91
Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia	233 035 701	231 390 185	151 185 918	65,34
10. Transportes, Turismo e Energia	232 690 701	230 505 818	150 541 860	65,31
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	345 000	884 367	644 058	72,83
Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego	40 732 959	43 093 259	34 868 511	80,91
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	40 582 959	42 882 959	34 848 269	81,26
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	150 000	210 300	20 242	9,63
Secretaria Regional da das Obras Públicas e Comunicações	64 169 804	74 957 236	55 349 909	64 169 804
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	64 169 804	74 957 236	55 349 909	64 169 804

Fonte: Relatório de Execução do Plano 2022

Valor em euros

4.3 Análise da execução Financeira por Ilha

Execução Financeira do Plano – por Ilha

	Investimento Público	% do Investimento		Executado	% do Plano	% Execução
		Investimento	Executado			
SMA	32 229 743 €	3,37%	5 319 661 €	1,03%	16,51%	
SMG	370 529 238 €	38,77%	181 703 340 €	35,14%	49,04%	
TER	205 827 815 €	21,54%	59 981 922 €	11,60%	29,14%	
GRA	31 491 650 €	3,30%	5 502 164 €	1,06%	17,47%	
SJO	53 885 171 €	5,64%	12 341 081 €	2,39%	22,90%	
PIC	67 561 776 €	7,07%	22 913 743 €	4,43%	33,92%	
FAI	68 935 195 €	7,21%	15 175 269 €	2,93%	22,01%	
FLO	44 623 896 €	4,67%	8 857 863 €	1,71%	19,85%	
COR	11 573 458 €	1,21%	843 967 €	0,16%	7,29%	
NDE	68 935 340 €	7,21%	204 499 172 €	39,54%	296,65%	
TOTAL	955 593 282 €	100,00%	517 138 182 €	100,00%	54,12%	

Fonte: PRA 2022 e Relatório de Execução do Plano 2022

À semelhança da análise realizada ao ano de 2021, não foi possível aferir qual a percentagem da execução financeira desagregada por ilha uma vez que o Plano Regional Anual para 2022, apresenta não a verba do plano estimada por ilha, mas sim o investimento público total repartido por ilha (incluindo valores para além do orçamento do plano para 2022). Desta forma, no Relatório de Execução do Plano de 2022 constatamos apenas a verba executada, não sendo possível aferir o valor relativo da sua execução.

No que concerne à verba executada, atestamos que São Miguel concentra 35,14% do total da verba executada (181,7 M€), seguindo-se a ilha Terceira com 11,60% (59,9 M€) e o Pico com 4,4% (22,9 M€). Na quarta posição temos a ilha do Faial que alcança 2,93% (15,2 M€), seguida pela ilha de São Jorge com 2,39% (12,3M€) e Flores com 1,71% (8,6 M€). Nas últimas três posições temos a ilha Graciosa com 1,06% (5,5 M€), a ilha de Santa Maria que atingiu 1,03% (5,3 M€), e por fim o Corvo que conseguiu 0,16% (0,8 M€). De referir que há uma verba designada como NDE (Não Definida) que agrega 39,54% da verba executada, o que corresponde a 204,5M€.

4.4 Análise da execução Financeira versus período homólogo (2021)

A execução financeira do Plano para 2021, atingiu o montante de 632,8 milhões de euros, o que traduz um grau de 86,4% de concretização face ao programado (Dotação revista 732 milhões de euros).

Em 2022, observe-se uma execução financeira no montante de 517 M€, o que representa um grau de concretização de 66,18% da dotação Revista do Plano (781 milhões de euros),

Na comparação com o período homólogo, é possível verificar menos 155,7 milhões de euros de verba executada, o que representa um decréscimo de mais de 20 p. p. de taxa de execução, versus período homólogo, que cai para os 66,18% em 2022.

	DOTAÇÃO		
	REVISTA	EXECUTADA	%
2021	732 375 489 €	632 807 590 €	86,40%
2022	781 353 166 €	517 138 184 €	66,18%
Diferencial	48 977 677 €	-115 669 406 €	-20,22%

4.4 Análise da execução dos Programas, Projetos e Ações

PROGRAMAS:

1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública
4. Educação
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil
6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar
8. Cultura, Ciência e Transição Digital
9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território
10. Transportes, Turismo e Energia
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações

Em relação aos 12 (doze) Programas definidos para 2022, verificamos que os programas com maior dotação de verba estimada (coincidentes com a entidade Executora) foram respetivamente: 10 – Transportes, turismo e Energia (230,5 milhões de euros), representando 29,5% do total da verba revista; o 12 - Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações (122,7 milhões de euros), com um peso de 15,7% do total do Plano; e o 3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública (108,9 milhões de euros), com 13,94% da verba para 2022.

No que concerne à execução financeira, por programa, destaca-se o programa 5 - Saúde, Desporto e Proteção Civil (82,56%), o programa 11 - Juventude, Emprego, Comércio e Indústria (81,26%) e o programa 4 – Educação (80,99%), com taxas de execução acima dos 80%. O programa com um desempenho inferior, por apresentar uma taxa de execução mais baixa e inferior a 50%, foi o programas 3 - Competitividade Empresarial e Administração Pública (40,13%).

Os restantes programas alcançaram um patamar intermédio de execução, entre os 56-80%.

Execução Financeira dos Programas

Programas	Dotação 2022				
	Dotação Revista	% do Plano	Executado	% do Plano	% Execução
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	2 055 849 €	0,26%	1 266 235 €	0,24%	61,59%
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	62 613 581 €	8,01%	44 172 784 €	8,54%	70,55%
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	108 935 187 €	13,94%	43 716 277 €	8,45%	40,13%
4. Educação	29 022 425 €	3,71%	23 505 898 €	4,55%	80,99%
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil	57 151 289 €	7,31%	47 184 637 €	9,12%	82,56%
6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	64 059 945 €	8,20%	50 478 801 €	9,76%	78,80%
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	24 108 883 €	3,09%	15 827 284 €	3,06%	65,65%
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	16 520 989 €	2,11%	9 406 121 €	1,82%	56,93%
9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território	20 803 249 €	2,66%	11 905 597 €	2,30%	57,23%
10. Transportes, Turismo e Energia	230 505 818 €	29,50%	150 541 860 €	29,11%	65,31%
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	42 882 959 €	5,49%	34 848 269 €	6,74%	81,26%
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	122 692 992 €	15,70%	84 284 421 €	16,30%	68,70%
	781 353 166 €	100,00%	517 138 184 €	100,00%	66,18%

Fonte: Relatório de Execução do Plano 2022

O Plano Regional Anual 2022 antecipava a execução, em 2022, de 127 projetos com 680 ações.

Relativamente aos projetos apresentados confirmamos serem 127 no total. Quanto às ações constatamos mais 28 (vinte e oito) ações do que as estimadas inicialmente (708 no total, embora o Relatório de Execução faça referência a 710), das quais 581 foram executadas em 2022, o que representa uma taxa de execução de 82,06%, superior à execução financeira.

Nesta perspetiva de execução de ações, registamos que os programas com execuções mais baixas foram os programas 12 - Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações (70%) e o programa 2 - Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades (73,53%). Já os programas com melhores execuções foram o 1 - Informação, Comunicação e Cooperação Externa (100%), o programa 11 - Juventude, Emprego, Comércio e Indústria (97,30%) e o 3 - Competitividade Empresarial e Administração Pública (92,59%).

Informamos que da análise efetuada, registamos que algumas das ações que foram consideradas executadas, onde ocorreram transferência de verba por forma a serem executadas por outras entidades.

Execução dos Programas - Ações

Programas	Nº Ações 2022			
	Plano Inicial	Relat. Execução	Executados	% Execução
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	13	13	13	100,00%
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	102	102	75	* 73,53%
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	25	27	25	92,59%
4. Educação	18	18	16	88,89%
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil	61	64	55	* 85,94%
6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	56	55	50	* 90,91%
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	44	51	44	* 86,27%
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	56	56	48	85,71%
9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território	66	68	59	86,76%
10. Transportes, Turismo e Energia	54	57	48	* 84,21%
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	36	37	36	97,30%
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	149	160	112	70,00%
	680	708	581	82,06%

* inclui transferências de verba outra entidade

Fonte: Relatório de Execução do Plano 2022

Podemos assim concluir que o programa 11 - Juventude, Emprego, Comércio e Indústria evidencia-se dos demais programas pelas melhores taxas execução, não só financeira como também pelo número absoluto de ações realizadas.

Os programas 4 – Educação, 5 - Saúde, Desporto e Proteção Civil e 6 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural mostram igualmente uma boa performance de execução financeira e ações.

No que toca a resultados menos favoráveis a nível de execução financeira e ações realizadas sobressai o programas 12 - Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações.

Os programas 8 – Cultura, Ciência e Transição Digital, 9 - Ambiente, Alterações Climáticas e Território, 1 – Informação, Comunicação e Cooperação Externa e 3 - Competitividade Empresarial e Administração Pública apresentam uma execução muito favorável de execução de ações, mas menos favorável de execução financeira, especialmente o programa 3.

Listamos de seguida os projetos que ficaram “sem execução” ou que foi executada por outras entidades, muitos dos quais a explicação sobre a “não execução” é omissa, ou não é facultada qualquer informação referente à execução por outras entidades.

Para além disso, constatamos que em algumas ações não houve execução financeira, mas houve execução material e por isso foram consideradas no total das ações executadas, mas igualmente o documento não é muito claro a respeito.

DETALHE DOS PROGRAMAS/ PROJETOS/ AÇÕES - NÃO EXECUTADOS:

1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa

Os programas foram todos executados

2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades

2.1 Apoio à Infância e Juventude

2.1.4 Rede de Amas - Ação sem execução.

2.1.8 Adaptação de edifício e aquisição de terreno para apoio à Creche Coriscolândia - Kairós em Ponta Delgada (São Miguel) - Ação sem execução.

2.1.9 Construção de Centro de Atividades de Tempos Livres na Candelária - Associação de Juventude da Candelária em Ponta Delgada (São Miguel) - Ação sem execução.

2.1.12. Requalificação da Creche o Girassol - Centro de Bem Estar Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores (Flores) - Ação sem execução.

2.1.15. Requalificação da creche e CATL nas Velas – Santa Casa da Misericórdia das Velas (S.Jorge) - Ação sem execução.

2.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços

2.2.2 CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico - Transferência de verba para Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA).

2.2.4 Requalificação da casa dos doentes deslocados nos Açores - Ação sem execução.

2.2.6 Criação do Centro de Acolhimento da Horta - Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial) - Ação sem execução.

2.2.8 Construção do Centro Intergeracional de Santo Antão - Centro Paroquial e Social de Santo Antão na Calheta (São Jorge) - Ação sem execução.

2.2.9 Construção do Edifício Intergeracional da Feteira da Horta – 2.ª Fase - Casa do Povo da Feteira na Horta (Faial) - Ação sem execução.

2.2.14. Incentivo à Natalidade – Programa Nascer Mais - Ação sem execução.

2.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais

2.3.2 Construção de Centro de Atividades de Tempos Livres Inclusivo e de Centro de Dia Especializado – Lajes das Flores - Ação sem execução.

2.3.3 Adaptação de Edifício a Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial - Santa Casada Misericórdia da Horta (Faial) - Ação sem execução.

2.3.4 Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade - Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (Terceira) - Ação sem execução.

2.3.7 Construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais na Lagoa – 1.ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa (São Miguel) - Ação sem execução.

2.3.8 Construção do Centro de Atividades Ocupacionais da Zona Norte de Ponta Delgada - Associação de Desenvolvimento e Promoção de Santa Bárbara em Ponta Delgada (São Miguel) - Ação sem execução.

2.3.9 Construção do Centro de Atividades Ocupacionais no Pico - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico) - Ação sem execução.

2.4 Apoio a Idosos

2.4.8 Construção do Centro de Convívio de Castelo Branco - Casa do Povo de Castelo Branco (Faial) - Ação sem execução.

2.4.10. Reabilitação da Estrutura Residencial para Idosos - Santa Casa da Misericórdia do Nordeste (São Miguel) - Ação sem execução.

2.4.11. Ampliação do Centro de Alojamento temporário da Madalena - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico) - Ação sem execução.

2.4.12 Reconstrução e Ampliação de ERPI para criação de valência de Centro de Alojamento Temporário em São Roque do Pico - Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico - Ação sem execução.

2.5 Igualdade de Oportunidade, Inclusão Social e Combate à Pobreza

2.5.11 Garantir a igualdade de oportunidades a jovens de famílias carenciadas, na permanência no ensino superior – Propinas – Ação Executada através do Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA).

2.5.17 Adaptação de habitações/espços públicos e outros espaços de forma a promover a acessibilidade e inclusão dos cidadãos - Ação sem execução.

2.9 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo

2.9.2 Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais - Transferência de verba para os municípios de Angra do Heroísmo, Lajes do Pico, Horta e Lajes das Flores.

2.10 Cooperação com os Municípios

2.10.2 Cooperação Financeira com os Municípios - Transferência de verbas para os 19 municípios da RAA, relativas à participação no IRS.

2.11 Cooperação com as Freguesias

2.11.2 Cooperação Financeira com as Freguesias - Transferência de verbas para as freguesias.

2.115 Aerogare Civil das Lages

2.15.3 Reparação e substituição do revestimento da cobertura - Ação sem execução.

2.15.4 Equipamentos de rastreio de segurança aeroportuária - Ação sem execução.

2.15.5 Remodelação na área do check-in no 3.º piso e novo sistema de tratamento de bagagem - Ação sem execução.

2.15.6 Projeto de ampliação das salas de embarque e reabilitação do hangar - Ação sem execução.

2.15.8 Centro Interpretativo da Base das Lajes - Ação sem execução.

3. Competitividade Empresarial e Administração Pública

3.3 Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional

3.3.5 Rede Integrada de Gestão de Processos na Administração Pública - Açores/Cabo Verde 2020 (RIGPAP-ACV) - Projeto MAC2-5.11A-357 - Ação sem execução - O projeto foi cancelado em maio de 2022.

3.3.5 Sist Int Gestão Proteção Dados G. R. Açores - Ação sem execução.

3.7 Planeamento e Finanças

3.7.8 Cooperação com a Autoridade Tributária e Aduaneira - Ação sem execução.

4. Educação

4.1 Construções escolares

4.1.1 Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A. – Transitou para 2023 uma despesa.

4.1.2 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º ciclo (DLR 32/2002/A, de 8 agosto) - Ação sem execução porque não houve propostas de celebração de contratos ARAAL.

5. Saúde, Desporto e Proteção Civil

5.2 Apetrechamento e Modernização

5.2.3 Outros Encargos e Fecho Financeiro – Despesas Transitam de 2021.

5.3 Apoios e Acordos

5.3.3 Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade - Ação sem execução. O projeto não teve a sua devida implementação no ano de 2022.

5.4 Projetos na Saúde

5.4.2 Sistema de Qualidade na Saúde - Ação sem execução.

5.4.6 Programa de Literacia em Saúde - Transferência de verbas para USI Terceira.

5.4.8 Rede de Cuidados Paliativos - Ação sem execução.

5.4.9 Plano de Desenvolvimento de Unidades de Geriatria - Ação sem execução.

5.6 Tecnologias na Saúde

5.6.2 Tele-saúde (Teleconsulta e telemonitorização) - Ação sem execução.

5.6.2 Digitalização do setor da saúde - Transferência de verbas para USI's e Hospitais.

5.7 Capacitação do sistema de Saúde

5.7.1 Retoma e recuperação da atividade - Ação sem execução.

5.7.4 Vale Saúde - Ação sem execução.

5.7.6 Capacitar o Serviço Regional de Saúde ao nível dos cuidados de saúde domiciliários, incluindo cuidados continuados integrados e paliativos - Ação sem execução.

5.14 Equipamentos e Comunicações

5.14.1 Viaturas de Emergência - Ação sem execução.

5.15 Infraestruturas do SRPCBA

5.15.7 Novo Quartel da AHBV do Nordeste - Ação sem execução.

6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

6.1 Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade

6.1.10 Fileira do Leite, formação dos preços e modelos de produção - Ação sem execução.

6.1.15 Operacionalização de políticas de desenvolvimento agrícola e rural - Ação executada pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário.

6.1.21 Agroemprego - Ação sem execução.

6.2 Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas

- 6.2.1 Agroruralidade por Ilha - Ação sem execução.
- 6.2.10. Agricultura familiar dos Açores - Ação sem execução.
- 6.2.24 Projeto de investigação e desenvolvimento para combate a pragas em viveiros florestais - Ação sem execução material.
- 6.2.27 Programa de investigação de espécies cinegéticas nos Açores - Ação sem execução material.
- 6.3 Infraestruturas Públicas de Apoio ao Setor Produtivo
- 6.3.4 Construção do novo Matadouro de São Jorge - Ação sem execução.

7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar

7.1 Controlo, Inspeção e Gestão

7.1.4 Gestão Sustentável das Pescas e da Aquicultura - Transferência para o IMAR - Instituto do Mar das anuidades.

7.2 Infraestruturas de Apoio às Pescas

7.2.4 Construção do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada - Ação sem execução.

7.3 FROTA e Recursos Humanos

7.3.3 Regime de Apoio à Redução dos Custos da Atividade da Pesca - Ação sem execução.

7.5 Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020

7.5.1 Apoio ao investimento no âmbito dos projetos MAR 2020 - Transferência para o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP (IFAP)

7.6 Gestão e Requalificação da Orla Costeira

7.6.11 Resposta a intempéris e outras situações extraordinárias - Ação sem execução financeira, transferida para execução pela DROTRH.

7.7 Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha

7.7.13. Estudo hidrodinâmico das condições oceanográficas na costa norte da Ilha de São Jorge - Ação sem qualquer execução.

7.7.14. Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Açores - Ação sem execução.

8. Cultura, Ciência e Transição Digital

8.1 Dinamização de Atividades Culturais

8.1.4 Banda Lira Açoriana - Ação sem execução.

8.2 Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural

8.2.12 Assistência técnica e fecho financeiro - Ação sem necessidade de execução em 2022, tendo sido por isso, reduzida a dotação inicial.

8.2.15 Criação de um Atlas do Património Arquitetónico e Cultural - O projeto de criação de um Atlas do Património Arquitetónico e Cultural tem sido efetuado internamente pelo que não tem sido concretizada qualquer despesa.

8.2.17 Candidatura a Capital Europeia da Cultura - Não foi assinado o protocolo de apoio à candidatura da Câmara Municipal de Ponta Delgada e dos Açores a Capital Europeia da Cultura 2027, pelo que não se efetivou a transferência da verba alocada.

8.2.29 Vivências Insulares - exposição permanente do Museu Carlos Machado - Ação sem execução, por estar dependente do fim da empreitada.

8.2.31 Protocolo - Recuperação da Igreja do Livramento na Terceira - Ação sem execução.

8.3 Programa de Incentivos ao Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA)

8.3.5 Contratação de Investigadores para o SCTA - Ação sem execução.

8.3.7 Transferências para o Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia (FRCT) - Ação sem execução.

8.4 Ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação

8.4.3 Centro de Divulgação "Museu de História Natural dos Açores" em Ponta Delgada - Ação sem execução.

8.4.4 Rede Regional dos Laboratórios Covid-19 - Ação sem execução.

8.8 Iniciativas, projetos, ações e infraestruturas para a Transição e Transformação Digital no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência

8.8.1 Sistema de incentivo para a Transição e Transformação Digital - Ação sem execução.

9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território

9.1 Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental

- 9.1.9 Licenciamento Único Ambiental Açores - Ação sem execução.
- 9.1.19 Abertura do trilho das cascatas na Lomba de São Pedro em São Miguel - Ação sem execução.
- 9.1.20 Reg. Jur. Finan. Apoio emergência climática – A Despesa transitou para 2023.
- 9.3 Conservação da Natureza e Biodiversidade**
- 9.3.12. Implementação da Convenção CITES nos Açores - Ação não evidenciou execução.
- 9.3.17. Estudo de impacte ambiental do acesso à Fajã do Fischer na Terceira - Ação sem execução.
- 9.4 Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica**
- 9.4.6 Projeto MITIMAC Água - Ação sem execução.
- 9.5 Ordenamento e Gestão do Território**
- 9.5.2 Avaliação de instrumentos de Gestão Territorial - Ação sem execução.
- 9.5.4 Implementação de Instrumentos de Gestão Territorial - Ação sem execução.
- 9.5.6 Portal do Ordenamento do Território dos Açores - Ação sem execução.
- 9.5.11 Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SiRGIC) - Ação sem execução.

10. Transportes, Turismo e Energia

10.4 Política Energética

10.4.2 Combate à Pobreza Energética - Ação sem execução.

10.8 Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários

- 10.8.1 Porto e Marina de Ponta Delgada - Transferência de verbas para a Portos dos Açores, S.A.
- 10.8.2 Porto da Praia da Vitória - Transferência de verbas para a Portos dos Açores, S.A.
- 10.8.3 Porto, Marina e Baía de Angra do Heroísmo - Transferência de verbas para a Portos dos Açores, S.A.
- 10.8.4 Porto, Marina e Baía da Horta - Transferência de verbas para a Portos dos Açores, S.A.
- 10.8.5 Porto de S. Roque - Transferência de verbas para a Portos dos Açores, S.A.
- 10.8.6 Porto e Núcleo de Recreio Náutico de Velas - Esta ação não teve qualquer execução.
- 10.8.7 Porto da Calheta de São Jorge - Esta ação não teve qualquer execução.
- 10.8.8 Porto das Poças das Flores - Transferência de verbas para a Portos dos Açores, S.A.
- 10.8.9 Porto da Casa no Corvo - Transferência de verbas para a Portos dos Açores, S.A.
- 10.8.14 Aeródromo da Ilha das Flores - Ação sem execução.
- 10.8.16 Porto da Madalena - Transferência de verbas para a Portos dos Açores, S.A.
- 10.8.17 Porto e Marina de Vila do Porto - Transferência de verbas para a Portos dos Açores, S.A.
- 10.8.18 Porto da Graciosa - Transferência de verbas para a Portos dos Açores, S.A.
- 10.8.19 Museu da aviação - Projeto cancelado.
- 10.8.22 Aquisição de porta-contentores Sideloaders para carga e descarga autónoma de contentores - Transferência de verbas para a Portos dos Açores, S.A.
- 10.8.23 Cais de Cruzeiros da Praia da Vitória - Transferência de verbas para a Portos dos Açores, S.A.
- 10.8.26 Estudo para ampliação da pista do aeroporto da ilha do Faial - Ação sem execução.

10.10 Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-Ilhas

- 10.10.3 Aquisição de navios para o transporte de passageiros e viaturas interilhas - Projeto cancelado.
- 10.10.5 Subsídio ao transporte aéreo para animais de companhia doentes - No ano de 2022 não foram recebidos pedidos de reembolsos enquadráveis no presente subsídio.

10.11 Dinamização dos Transportes

- 10.11.5. Estudo de ordenamento da baía e proteção da orla marítima do Cais do Pico - Ação sem execução.
- 10.11.6 Plano de Ordenamento Portuário de Ponta Delgada - Esta ação não teve qualquer execução, atendendo a que a empresa Portos dos Açores, S.A não lançou o procedimento de contratação do plano de ordenamento portuário de Ponta Delgada.

11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria

11.6 Apoio ao Consumidor

11.6.3 Promoção da segurança alimentar - nenhuma entidade regional reuniu requisitos elegíveis para executar as atividades previstas.

12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações

12.1 Construção de Estradas Regionais

- 12.1.3. Revisão do projeto do traçado da segunda fase da variante à cidade da Horta - Ação sem execução.
- 12.5 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo

- 12.5.6 SRAAC - Intervenção no complexo de infraestruturas de Porto Pim - Ação sem execução.
- 12.7 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária**
- 12.7.2. Plano integrado de transportes - Ação sem execução.
- 12.11 Laboratório Regional de Engenharia Civil**
- 12.11.9 SAFE HARBOUR - Ação sem execução.
- 12.12 Cooperação com Diversas Entidades**
- 12.12.3. Cooperação com Entidades Públicas - Ação sem execução.
- 12.15 SRE - Construções Escolares**
- 12.15.1 Reparação da EBI da Horta - Ação sem execução.
- 12.15.9 Reparação da EBS das Flores - Ação sem execução.
- 12.15.29 Escolas Digitais - Manutenção e upgrades - Ação sem execução.
- 12.18 SRSD - Ampliação e Remodelação de Infraestruturas**
- 12.18.3 Construção do Laboratório SEEMBO - Ação sem execução.
- 12.18.4 Construção da Unidade de Saúde da Maia - Ação sem execução.
- 12.18.5 Construção da Unidade de Saúde de S. Roque e Livramento - Ação sem execução.
- 12.18.6 Construção do novo bloco do Centro de Saúde de Velas - Ação sem execução.
- 12.21 SRMP - Infraestruturas de Apoio às Pescas**
- 12.21.2 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca dos Carneiros - Ação sem execução.
- 12.21.7 Projeto de requalificação do porto da folga na Graciosa - Ação sem execução.
- 12.21.8 Projeto de requalificação do porto das Ribeiras no Pico - Ação sem execução.
- 12.21.9 Projeto de requalificação da Baía de Santa Cruz em São Miguel - Ação sem execução.
- 12.21.10 Requalificação do porto de Vila Franca do Campo em São Miguel - Ação sem execução.
- 12.21.11 Projeto de proteção da orla costeira e reabilitação urbanística da Praia Formosa em Santa Maria - Ação sem execução.
- 12.21.12 Projeto de reconversão do portinho da baía de São Lourenço em Santa Maria - Ação sem execução.
- 12.21.14 Melhoria das condições de operacionalidade do porto dos Biscoitos na Terceira - Ação sem execução.
- 12.22 SRMP - Gestão e Requalificação da Orla Costeira**
- 12.22.4 Reforço da proteção costeira na zona das Calhetas, Ribeira Grande, S. Miguel - Ação sem execução.
- 12.22.19. Proteção da orla costeira do Degredo de Santa Cruz da Graciosa - Ação sem execução.
- 12.22.23 Estabilização da zona adjacente ao quartel dos Bombeiros da Calheta de S. Jorge - Ação sem execução.
- 12.22.24 Execução das obras de proteção da Orla Costeira dos Fenais - Ação sem execução.
- 12.22.25 Requalificação da Foz da Ribeira do Guilherme em São Miguel - Ação sem execução.
- 12.22.26 Requalificação da orla costeira de Rabo de Peixe em São Miguel - Ação sem execução.
- 12.22.27 Proteção da orla costeira do cais Mourato no Pico - Ação sem execução.
- 12.22.28 Reordenamento do espaço envolvente ao porto do Topo em São Jorge - Ação sem execução.
- 12.22.29 Proteção da orla costeira da Barca no Pico - Ação sem execução.
- 12.24 SRCCTD - Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural**
- 12.24.2 Trinity House - Join cable station: núcleo das comunicações - Museu da Horta - Ação sem execução.
- 12.24.14 Museu do Vinho - Ação sem execução.
- 12.24.15 Requalificação da casa do diretor do aeroporto de Santa Maria - Ação sem execução.
- 12.24.16 Intervenção no Centro de Património Móvel, Imóvel e Arqueológico de Angra do Heroísmo - Ação sem execução.
- 12.25 SRAAC - Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental**
- 12.25.1 Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão -Terceira - Ação sem execução.
- 12.25.6 Centro interpretativo do ilhéu de Vila Franca do Campo em São Miguel - Ação sem execução.
- 12.25.7 Recuperação da estada do palácio de Santana - Ação sem execução.
- 12.26 SRAAC - Conservação da Natureza e Biodiversidade**
- 12.26.3 Requalificação do Pólo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial - Ação sem execução.
- 12.26.4 Requalificação do circuito pedonal e interpretativo incluindo o do Monte da Guia - Ação sem execução.
- 12.26.5 Empreitada de reestruturação de zona de lazer das Sete - Ação sem execução.
- 12.27 SRAAC - Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica**
- 12.27.1 Requalificação da rede hidrográfica - Ação sem execução.

- 12.27.5 Empreitada de encaminhamento de drenagem a montante da grota da Areia, João Bom da Bretanha - Ilha de São Miguel - Ação sem execução.
- 12.27.6 Requalificação das drenagens no porto de pescas do Porto Formoso em São Miguel - Ação sem execução.
- 12.28 SRAAC - Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica**
- 12.28.1 Reestruturação dos CPR para realização do projeto de compostagem da recolha seletiva de orgânicos - Ação sem execução.
- 12.29 SRTTE – Infraestruturas de apoio às empresas turísticas**
- 12.29.1 Posto de Turismo Aeroporto de São Miguel - Ação sem execução.
- 12.29.2 Posto de Turismo Aeroporto de Santa Maria - Ação sem execução.
- 12.29.4 Projeto de ampliação das termas do Carapacho na Graciosa - Ação sem execução.
- 12.30 SRJQPE – Infraestruturas de apoio à qualificação profissional**
- 12.30.2 Obras de requalificação da Escola Profissional do Nordeste - Ação sem execução.
- 12.31 SRFPAP – Orçamento participativo**
- 12.31.1 Empreitada de Requalificação das Eiras do Maranhão - Ilha do Corvo - Ação sem execução.

5. EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS

5.1 PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020

Relativamente à execução de Programas e Iniciativas Comunitárias referentes ao ano de 2022, do Período Comunitário 2014-2020, o CESA efetuou um parecer sobre esta execução, aprovado em Plenário em maio do corrente ano. Os valores estão próximos dos apresentados no Relatório de Execução do Plano 2022. As pequenas diferenças verificadas poderão resultar da obtenção de informação mais atualizada, aquando da elaboração do presente documento.

“Através do programa Portugal 2020 (PT2020), a União Europeia disponibilizou, inicialmente, para Portugal 26 mil milhões de euros, que abrangia os seguintes fundos: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

Em 2021, tendo como principal objetivo sair da crise e construir um futuro sustentável, através de um plano de recuperação, foi facultado mais um instrumento - o Next Generation EU, que engloba os mecanismos REACT-EU, reforço do Desenvolvimento Rural, PRR e parte do Fundo de Transição Justa. O Next Generation reforçou em mais 2.493M€ (2.139€ REACT-EU e 354M€ Reforço Programas Desenvolvimento Rural).

A 31 de dezembro de 2022, o valor dos fundos aprovados para Portugal alcançou o montante de 33 mil M€ (considerando a reprogramação do Portugal 2020 – com alocação adicional dos fundos Next Generation EU), designados a financiar operações de investimento elegível no valor de 49,9 mil M€, o que representa uma taxa de financiamento média sobre o investimento elegível de 66%. A taxa de compromisso situou-se nos 114% e a de execução nos 84%. Já o valor dos pagamentos efetuados aos beneficiários das operações financiadas soma 24,5 mil M€, o que equivale a 74% do total de fundos aprovados.

Comparativamente ao ano anterior, o desempenho do PT 2020, foi significativamente superior, em todas as taxas, nomeadamente a taxa de compromisso regista mais 3 p.p., a taxa de execução mais 14 p.p. e a taxa de pagamentos mais 9 p.p..

No final de 2022 a Comissão Europeia transferiu 360 378M€ para os 28 Estados-Membros e desse valor 6% foi para Portugal. O montante recebido, e que ascende a 21 926M€, a título de pagamentos intermédios, representa 81% do valor programado no Portugal 2020, e faz com que Portugal ocupe o sétimo maior montante, no conjunto dos 28 Estados Membros e a segunda maior taxa de pagamentos intermédios, no conjunto dos 28 Estados Membros com envelopes financeiros acima de 7 mil M€.

No que concerne à Região, nomeadamente aos FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento) o volume total de financiamento comunitário aprovado, para o conjunto dos diferentes programas operacionais que os beneficiários finais da Região podiam aceder (PO Açores, PO Mar, ProRural+, Compete2020, PO SEUR, PO ISE e Mac), registou um valor perto de 2 mil milhões de euros (considerando o reforço do Next Generation EU). Este montante assegurava o financiamento de operações com investimento elegível de 2,8 mil M€, o que revela uma taxa de financiamento média sobre o investimento elegível de 72%.

A taxa de compromisso dos fundos comunitários para a RAA alcançou os 102% (com o reforço de programação Next Generation - EU) e a taxa de execução os 76%, comtemplando 32.144 candidaturas aprovadas.

O volume de fundos comunitários pagos aos beneficiários finais das operações financiadas atingiu o montante de 1,5 mil M€ (não incluindo os valores do PO SEUR por não estarem disponíveis), o que representa uma taxa de pagamento de 74%.

Se compararmos com o período homólogo, constatamos os FEEL para os Açores melhoraram a execução de todas as taxas, nomeadamente a taxa de compromisso regista mais 4 p.p., a taxa de execução mais 8 p.p. e a taxa de pagamentos mais 6 p.p.. Contudo, no comparativo com o PT2020, apresentam em 2022, um desempenho inferior das taxas de compromisso (-12p.p.) e de execução (-8p.p.), sendo que a taxa de pagamentos alcançou o mesmo resultado.

Até ao final de 2022, foram aprovados em média 2.552 €/hab de fundos passíveis de regionalização sendo a totalidade de fundos de 3.033 €/hab. Os Açores (7.821€/hab) e a Madeira(4.000€/hab) registaram as maiores intensidades de fundos aprovados por habitante.

Relativamente ao Programa Operacional Açores 2020 (PO Açores 2020), é o programa com maior montante de financiamento comunitário (cerca de 64% do total programado dos FEEL), e assentou na ambição dos Açores se afirmarem como uma região europeia relevante, mostrando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2020 e do Acordo de Parceria nacional.

O PO Açores 2020, à data de 31 de dezembro de 2022 apresentava uma taxa de compromisso de 109% (considerando igualmente o reforço do Next Generation EU), uma taxa de execução de 78% e uma taxa de pagamento de 73%. Fazemos nota ainda que, face aos últimos dados reportados do PO Açores (1º trimestre de 2023), a execução apresenta um valor de 81% e os pagamentos de 76%.

Comparando o desempenho do PO Açores com o período homólogo, com o reforço da verba Next-Generation EU, constatamos um aumento de 3p.p na taxa de compromisso, 7p.p na taxa de execução e de 6 p.p. na taxa de pagamento.

Teve impactos de registo, nos vários domínios temáticos (Competitividade e Internacionalização; Inclusão Social e Emprego; Capital Humano; Sustentabilidade e Eficiência no uso dos recursos; a Ultraperiferidade e a Assistência Técnica), embora se justifique mais um esforço significativo para se conseguir alterações estruturais na produtividade e competitividade. Os domínios com maior peso de Fundo Aprovado foram a Competitividade e Internacionalização (39%); a Inclusão Social e Emprego (21%) e o Capital Humano (17%).

No domínio da Competitividade e Internacionalização alcançou 2.098 empresas no âmbito de sistema de incentivos, apoiou 55 projetos de I&D e transferência de conhecimentos, concedeu a 63 empresas ajudas à internacionalização, apoiou 299 novas empresas/ star-ups, 18 empresas em cooperação com instituições de investigação e ainda 29 Serviços da Administração Pública.

Na Inclusão Social e Emprego o PO Açores conseguiu atingir 7.079 pessoas com apoios a estágios profissionais e 12.872 beneficiaram de apoio à contratação. Possibilitou ainda a aquisição de 49 equipamentos sociais e de saúde e proporcionou a participação de 3.155 pessoas em ações de formação.

Quanto ao Capital Humano no final de dezembro de 2022 estavam apoiados 328 jovens e adultos em cursos pós-secundário, 8.654 jovens em vias profissionalizantes (básico e secundário). O PO Açores registou ainda 12.847 adultos apoiados em mobilidade de longa duração de dupla

certificação, i 79 bolsiros em formação avançada e apoiou 14 infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas.

As Empresas Privadas e o Governo/ Direções Regionais foram os Beneficiários com maior peso (30% e 29% respetivamente) do total de fundos aprovados. E, destacam-se, em 2022, os investimentos elegíveis do total aprovado nos setores do Turismo (27%), Administração Pública (23%), e na Educação (11%). “

(Fonte: Parecer do CESA sobre a Aplicação Regional dos Fundos Comunitários no âmbito do período de programação 2014-2020 – Aprovado em reunião de Plenário de 24 de maio de 2023)

5.2 PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA – AÇORES

O Decreto Regulamentar Regional (DRR) n.º 23/2021/A, de 3 de setembro estabeleceu o modelo de governação das reformas e dos investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) destinados à Região Autónoma dos Açores (RAA), atribuindo ao Conselho Económico e Social dos Açores (CESA) as funções de órgão de acompanhamento do PRR-Açores.

O CESA, por forma a prosseguir com as suas funções de órgão de acompanhamento, constituiu uma Comissão Especializada Temporária (CET), que integra 21 membros, para acompanhamento Plano de Recuperação e Resiliência para a Região Autónoma dos Açores (PRR-Açores), que durará até 31 de dezembro de 2026.

Nesta sequência, também o CESA já se pronunciou numa das suas reuniões de plenário, realizada em março de 2023 sobre Relatório Anual de Progresso 2022 do PRR-Açores e do Relatório Periódico de Monitorização Trimestral 4.ºT 2022.

No parecer foi referido, a nível de execução de marcos e metas que “Uma análise global aos investimentos do PRR-Açores no 4º trimestre de 2022, que incidiu sobre a execução de 139 (cento e trinta e nove) Marcos e Metas, revelou que, de um total de 88 (oitenta e oito) Marcos e Metas definidos até 31 de dezembro de 2022, 57 (cinquenta e sete) estão “Completos” (64,77%) e 31 (trinta e um) estão “Não Completos” (35,23%). Relativamente aos próximos 4 trimestres, dos 51 (cinquenta e um) Marcos e Metas estabelecidos, 20 (vinte) encontravam-se “Dentro do Prazo” (39,22%), sendo que 2 (dois) já se encontram efetivamente executados, e 31 (trinta e um) estão “Atrasados” (60,78%).”

PONTO SITUAÇÃO MARCOS E METAS 4º TRIM 2022

	4ºTRIM 2022					ACUM 4ºTRIM 2022					PROX 4 TRIM				
	MARCOS/ METAS	Completo		Não Comp.		MARCOS/ METAS	Completo		Não Comp.		MARCOS/ METAS	Dentro Prazo		Atrasado	
		Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%
GRUPO_A	2	1	50,00%	1	50,00%	8	7	87,50%	1	12,50%	4	1	25,00%	3	75,00%
GRUPO_B	15	3	20,00%	12	80,00%	71	46	64,79%	25	35,21%	38	15	39,47%	23	60,53%
GRUPO_C	3	1	33,33%	2	66,67%	9	4	44,44%	5	55,56%	9	4	44,44%	5	55,56%
TOTAL	20	5	25,00%	15	75,00%	88	57	64,77%	31	35,23%	51	20	39,22%	31	60,78%

Fonte: RPM PRR-Açores 4.º T 2022

As execuções referidas no Relatório de Execução do Plano de 2022, das 3 dimensões do PRR, são coincidentes com o relatório do CESA, evidenciando uma execução razoável do PRR-A na sua generalidade.

